



## **A ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS PARA ATENDER OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Roseli Terezinha Kuhnen - UFSC

**Resumo:** Neste trabalho apresentamos resultados de pesquisa cuja temática é a política educacional, com um recorte na interseção entre as áreas de Educação Infantil (EI) e Educação Especial (EE). A pesquisa foi desenvolvida com dois eixos centrais: 1) as formas organizativas da Educação Infantil para atender os sujeitos da Educação Especial e 2) os fundamentos psicológicos da Educação Infantil e da Educação Especial na organização da rede municipal de ensino de Florianópolis (RMF). Para tanto, utilizamos como procedimento de pesquisa a análise da documentação representativa das Políticas de EI e de EE no âmbito da RMF. A pesquisa permitiu verificar: a indicação de diretrizes para uma pedagogia centrada na criança e um olhar acolhedor de diversidades e recursos de acessibilidade; o diagnóstico clínico como fundamento para o professor do AEE e para as atividades específicas com as crianças/sujeitos da EE.

**Palavras chaves:** Educação Infantil, Educação Especial, fundamentos psicológicos.

### **1 INTRODUÇÃO**

No presente texto apresento resultados de nossa pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2009 e 2011. A pesquisa teve como temática a política educacional, com um recorte na interseção entre as áreas de Educação Infantil (EI) e Educação Especial (EE)<sup>1</sup>.

A pesquisa abordou como tema central as formas organizativas da Educação Infantil para atender os sujeitos da Educação Especial e os fundamentos psicológicos da Educação Infantil e da Educação Especial na organização da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMF). Todavia, para efeito desse texto abordaremos as formas organizativas da EI para atender os sujeitos da EE.

Para tanto, desenvolvemos análise documental, por meio da qual buscamos os significados dos discursos políticos e as concepções que os sustentam. Procuramos articular as duas áreas, Educação Infantil e Educação Especial, pois encontramos, no balanço de produção realizado, poucos trabalhos relativos à análise de políticas educacionais que articulassem os dois campos em foco. Tomamos como base documentos oficiais do município de Florianópolis e do Brasil. Buscamos, neste estudo, captar e interpretar os

---

<sup>1</sup> Para destacar as duas áreas focadas neste estudo, escreveremos Educação Especial e Educação Infantil com as letras iniciais em maiúsculo, respeitando a forma de escrita dos autores nas citações diretas.

significados dos discursos políticos e as concepções que os sustentam.

Os documentos analisados foram os seguintes: 1) Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil/2010, que estabelece as diretrizes para o sistema educacional no que se refere à organização e ao funcionamento da Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis; 2) Resolução do CME n. 1/2009, que fixa as normas para a Educação Infantil no âmbito do sistema municipal de ensino de Florianópolis; 3) Portaria n. 07/2009, que regulamenta a organização e o funcionamento das unidades educativas do ensino fundamental e da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis; 4) Portaria n. 033/2003, da Secretaria Municipal de Educação, que cria e normatiza o Serviço de Atendimento Educacional Especializado no Município de Florianópolis; 5) Programa Escola Aberta às Diferenças: consolidando o movimento de reorganização didática (MACHADO, 2004) — documento que contém princípios e diretrizes de uma educação inclusiva e está fundamentado na Educação Especial na perspectiva inclusiva; 6) Documento Orientador da Educação Especial na RMF/2010, que contém os serviços oferecidos para os sujeitos da Educação Especial matriculados na rede regular de ensino; 7) Projeto Político Pedagógico (PPP) de 28 unidades de Educação Infantil, uma amostragem correspondente a 35,90% dos PPPs de núcleos de Educação Infantil (NEI) e creches, elaborados para o ano letivo de 2010.

Foram sistematizados depoimentos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com a gerente de Educação Inclusiva e a gerente de Articulação Pedagógica da Diretoria de Educação Infantil da Secretaria de Educação do Município de Florianópolis<sup>2</sup>.

Na análise dos documentos, consideramos a reforma do Estado na década de 1990 e os processos de escolarização dos sujeitos da EE na EI no contexto das reformas educacionais, como objeto das políticas públicas no campo da educação escolar. Entendemos que essas reformas alcançam a esfera da gestão, do financiamento, do currículo e seus fundamentos teóricos. Para compreender esses elementos de forma apropriada foi necessário dar atenção à linguagem, partindo da ideia de que “não há nada de novo em relacionar linguagem e política nem em sugerir que a relação entre elas não é só reflexão ou mistificação ideológica, mas de constituição mútua” (SHIROMA, CAMPOS, GARCIA, 2005, p. 3).

Por sua vez, as políticas educacionais expressam essas contradições ao longo da história da sociedade, definindo e redefinindo o seu perfil para se adaptar aos interesses da

---

<sup>2</sup> A gerência foi assim denominada em 2009. Gerente de articulação pedagógica e gerente de educação inclusiva são denominações da Secretaria de Educação da Rede Municipal de Florianópolis.

sociedade capitalista. O processo educativo forma as aptidões e comportamentos que são necessários para a manutenção dessa sociedade.

A pedagogia subjacente a esse projeto de sociedade é a verdadeira pedagogia da exclusão, como analisa Saviani (2007). Pedagogia esta que tem como objetivo preparar os indivíduos para se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. Todavia, se isso não for possível, tal pedagogia ensina os indivíduos a se responsabilizar pelos seus fracassos.

Nos anos 1990 foi consolidada a proposição de que todos os problemas educacionais são decorrentes de gestão pedagógica e da falta de focalização adequada. As políticas de inclusão vêm exigindo, crescentemente, ações ainda mais focalizadas, “objetivando o atendimento de meninas, negros, menores infratores e combinações específicas entre esses atributos, conformando toda sorte de subgrupos” (LEHER, 2009, p. 227). As propostas de ação são, na sua maioria, locais, pontuais e modestas.

Leher (2009) chama a atenção para a ausência de problematização sobre o padrão de acumulação ou sobre as formas de organização da produção e da exploração do trabalho nessas formulações. As macropolíticas do Estado e o significado do abandono das perspectivas universalistas não são questionados.

Manter essa ótica ajuda a assegurar que as teorias de exclusão sociais e políticas não recorram às teorias deficitárias **focalizadas na patologia de indivíduos ou de grupos de indivíduos**. Entretanto, quando examinamos a forma como esse conceito é operacionalizado nos anos 1990, é possível constatar como o capital social é salientado e direcionado para o indivíduo, ainda que considerando a família (LEHER, 2009, p. 233, grifos nossos).

Mas como pensar inclusão e exclusão como duas categorias antípodas? Incluir e excluir quem? Como o capitalismo mercantilizou todas as formas de trabalho e seus produtos, “seria impróprio falar de inclusão social, posto que nenhum trabalhador está fora da esfera do mercado. Em termos históricos, o que aconteceu foi uma inclusão forçada do trabalhador por meio da expropriação” (LEHER, 2009, p. 230). Com tais pressupostos, passamos agora a expor as condições de atendimento da Educação Especial e da Educação Infantil para o trabalho pedagógico com crianças menores de seis anos na RMF.

## 2 A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS PARA O TRABALHO COM OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com o Plano Municipal de Educação de 2009, a Educação Especial na RMF é uma modalidade de ensino que “perpassa todos os níveis, etapas e modalidades; realiza o atendimento educacional especializado; disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (FLORIANÓPOLIS, 2009c, p. 91)<sup>3</sup>.

O referido plano fundamenta o atendimento educacional especializado a partir dos seguintes documentos legais vigentes: Constituição Federal, LDBEN n. 9394/96, Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto n. 3.956/2001, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em janeiro de 2008 (FLORIANÓPOLIS, 2009c, p. 91).

A Educação Especial no município de Florianópolis está subordinada à Diretoria de Educação Continuada e é coordenada pela Gerência de Educação Inclusiva. A coordenação abrange todos os níveis e etapas de ensino, inclusive a Educação Infantil. Cumpre esclarecer que a Educação Infantil na RMF está subordinada à Diretoria de Educação Infantil.

Ao analisar a estrutura formal da Rede Municipal de Florianópolis, percebe-se que Educação Especial e Educação Infantil estão em setores diferentes e sem elementos de imbricação evidentes. Para investigarmos uma possível interseção entre as duas áreas, analisamos os documentos que regulamentam e orientam os dois campos na RMF, fazendo articulações com os documentos de âmbito nacional.

No âmbito municipal, a Educação Especial é regida pelos seguintes documentos orientadores e normativos vigentes: 1) Portaria n. 033/2003, que cria e normatiza o serviço de atendimento educacional especializado em Florianópolis; 2) Documento Orientador da Educação Especial da RMF/2010; 3) Programa Escola Aberta às Diferenças: consolidando o movimento de reorganização didática, publicado em 2004.

A Resolução do CME n. 1/2009, que fixa as normas para a Educação Infantil no âmbito do sistema municipal de ensino de Florianópolis, no seu Art. 4, parágrafo único, estabelece que “a criança com deficiência será atendida nas Instituições de Educação Infantil, **respeitando as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial**” (FLORIANÓPOLIS, 2009b, p. 2, grifos nossos).

---

<sup>3</sup> Essa definição é a mesma contida no texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008).

O documento das Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil/2010, que estabelece as diretrizes para o sistema educacional no que se refere à organização e ao funcionamento da EI na RMF não se refere à Educação Especial e aos sujeitos da EE. A ausência da Educação Especial é um fato que chama a atenção, pois é um documento que tem como objetivo “estabelecer diretrizes para o sistema educacional, no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil” (FLORIANÓPOLIS, 2010b, p. 9).

Qual seria a razão dessa ausência? Seria porque a EE está sendo proposta como um sistema paralelo?

## **2.1 Espaços, materiais e serviços**

Na Rede Municipal de Florianópolis, o atendimento aos sujeitos da Educação Especial é realizado nas unidades educacionais polos, organizados na forma de atendimento educacional especializado, oferecido com apoio de salas de recursos multifuncionais.

De acordo com a Portaria n. 07/2009, Art. 15, a Educação Especial é composta pelos seguintes serviços que são oferecidos pela RMF aos sujeitos da EE:

**Parágrafo Único.** A Educação Especial é composta pelas Salas Multimeios, pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento à Deficiência Visual – CAP, pelos convênios que a Secretaria Municipal de Educação mantém com as escolas especiais e instituições especializadas, pelos serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, instrutores de LIBRAS e pelos Auxiliares de Ensino que acompanham crianças e adolescentes com deficiência (FLORIANÓPOLIS, 2009a, p. 4).

As salas multimeios (SM) estão organizadas por regiões da cidade, totalizando 19 em funcionamento até 2011, sendo duas em creches. As SM funcionam como polo de atendimento, recebendo também alunos de outras unidades, localizadas na “área de abrangência” desses polos, e têm como objetivo ofertar o atendimento educacional especializado. Os referidos serviços são disponibilizados também às crianças menores de seis anos e que são sujeitos da EE matriculados na RMF.

As salas de recursos multifuncionais foram disponibilizadas pelo Ministério da Educação a partir de 2005 e em 2007 o MEC lançou o programa de implantação dessas salas por meio de edital (BRASIL, 2007, p. 1). Todavia, em 1988 a RMF já havia implantado as salas de recursos nas escolas básicas para atendimento no contraturno de alunos do ensino fundamental com dificuldades de aprendizagem e deficiência mental leve.

Em 2003 a Secretaria Municipal de Educação criou e normatizou, através da Portaria n. 033/2003, o Serviço de Atendimento Educacional Especializado no município de Florianópolis (BOCK; RIOS, 2010) com as salas multimeios, declarando o objetivo de “promover instrumentos de acessibilidade à aprendizagem dos surdos, cegos, baixa visão, surdos cegos e com dificuldades motoras” (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 70).

Os serviços das SM constituem oferta obrigatória dos sistemas de ensino da RMF, com participação facultada ao aluno, pais e responsáveis no AEE. A matrícula no AEE está vinculada à frequência no ensino regular para as crianças em idade escolar obrigatória: “É vedada a matrícula de alunos no AEE, que se encontram em idade escolar obrigatória e não frequentam o ensino regular” (FLORIANÓPOLIS, 2010a, p. 2).

A Educação Especial na RMF se define também numa perspectiva de educação inclusiva, no mesmo modelo da Política Nacional de EE na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), sendo que o AEE tem a função de complementar e suplementar a formação do aluno, não sendo substitutivo às classes comuns. O AEE é oferecido nas salas multimeios e tem por objetivos:

identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. [...] O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (FLORIANÓPOLIS, 2010c, p. 1)

O AEE para os sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil é realizado no contraturno para as crianças que frequentam meio período e na própria unidade para as crianças de período integral.

Além das SM, a RMF mantém o Centro de Apoio Pedagógico (CAP) para as pessoas com deficiência visual, que foi implantado em 2003 e é uma unidade de serviços de apoio pedagógico e suplementação didática do sistema de ensino que tem por objetivo “produzir, para os alunos cegos e os de baixa visão, o material didático utilizado nas escolas regulares, da educação infantil e do ensino médio, prioritariamente das redes públicas de ensino do município de Florianópolis” (FLORIANÓPOLIS, 2010a, p. 1). Tem como função também articular, em parceria com a Gerência de Educação Inclusiva, a capacitação dos profissionais

das redes regulares e dos professores do AEE quanto ao uso e manuseio de materiais específicos<sup>4</sup>.

A RMF ainda conta com serviços de parceria e convênios que são realizados com instituições especiais — como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), o Instituto de Audição Terapia da Língua (IATEL) e a Associação dos Surdos — que “têm por função o atendimento educacional especializado [...] são de caráter complementar e não são substitutivos da escolarização” (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 70).

Importante lembrar que no município não há resolução que priorize a matrícula das crianças sujeitos da EE; o que existe é um critério de renda e de vulnerabilidade para todas as crianças<sup>5</sup>. Por outro lado, para as crianças serem atendidas nas salas multimeios, elas têm que estar regularmente matriculadas na rede regular de ensino. Considerando que nem todas as crianças que necessitam participam do AEE na SM, há um processo de seleção das crianças/sujeitos da EE e, de acordo com a gerente de educação inclusiva, isso ocorre da seguinte forma: primeiro a UE faz contato com a SM mais próxima da unidade e o professor do AEE avalia a necessidade de atendimento, normalmente tendo como base o diagnóstico da criança.

O AEE nas SM é, de maneira preponderante, um atendimento individualizado. Carneiro et al. (2011, p. 12) obtiveram, “dos professores do AEE, relatos de tentativas de composição de grupos de trabalho que não se concretizaram em virtude de incompatibilidades de horários, faixa etária, diagnósticos, entre outros elementos”. As autoras também confirmaram que, frequentemente, os professores do AEE realizam intervenções com os alunos, observações, orientações aos professores e familiares nas unidades de ensino de Educação Infantil.

As SM estão estruturadas em dois tipos, sendo que o trabalho é organizado da mesma forma, independente da faixa etária e da criança. O AEE, tendo como fundamento o diagnóstico e sendo voltado principalmente para recursos de acessibilidade e/ou estimulação precoce no caso das crianças de zero a três anos, não propicia um efetivo processo de

---

<sup>4</sup> Sistema Braille, dos sistemas dosvox, jaws, Livro Digital acessível no sistema mec Daisy, Braille Fácil, grafia e simbologia Braille, Sorobã, Adaptação Tátil, Musicografia Braille.

<sup>5</sup> A Portaria da SME n. 117/2010, que dispõe sobre a matrícula das crianças para a Educação Infantil para o ano letivo de 2011 na Rede Municipal de Ensino, determina, em seu Art.5: “Fica estabelecido, para a matrícula de novas crianças cujos pais e responsáveis residam ou trabalhem em Florianópolis o critério de menor renda *per capita*. Para cálculo de renda *per capita* serão consideradas a renda bruta dos pais e/ou responsáveis, dividida pelo número de pessoas da família que dependam dessa renda, e as situações de vulnerabilidades [...]”

escolarização dos sujeitos da Educação Especial, de forma a romper com o modelo tradicional de EE.

### **2.1.1 Os profissionais da Educação Especial na Rede Municipal de Florianópolis**

O atendimento educacional especializado na RMF é orientado pela Gerência de Educação Inclusiva, que conta com três assessores — um deles responde também pela gerência do setor —, responsáveis por supervisionar os profissionais vinculados à Gerência de Educação Inclusiva, que são: professor do AEE, auxiliares de ensino de Educação Especial, professores de Libras e auxiliar de ensino de Libras.

A gerência é responsável por fazer as avaliações dos sujeitos da Educação Especial, junto com as professoras das salas de multimeios. Quando necessário, elabora parecer para justificar a contratação do auxiliar de Educação Especial para acompanhar o trabalho na classe comum do aluno com deficiência. Além disso, é de responsabilidade da Gerência de Educação Inclusiva a implementação das ações para as SMs, a compra de materiais e equipamentos e o assessoramento do professor do AEE.

Quanto ao professor do AEE, segundo o Documento Orientador da Educação Especial na RMF, ele concentra uma gama de atividades que vão desde o planejamento, a execução e avaliação do plano de atuação do AEE até orientações aos demais profissionais que atuam com o sujeito da EE, bem como aos seus familiares, quanto ao uso de recursos e tecnologias de informação e comunicação. Enfim, esse profissional abarca todo o trabalho do AEE, dentro e fora das SM, e ainda participa das demais atividades das unidades educativas.

Sobre a articulação do trabalho realizado nas SM com o desenvolvido na sala de aula do ensino regular, verificamos, na análise da entrevista, que ela pode ocorrer a partir do tema ou do projeto que está sendo trabalhado no grupo em conversas realizadas durante os horários em que a turma está na educação física. Outra forma de articulação é quando o professor do AEE vai para a unidade, para o espaço da sala de aula, e faz atividades com todas as crianças do grupo.

O que podemos perceber é que a articulação entre o AEE e a classe comum ocorre de maneira assistemática, sem uma objetivação clara. A sensibilização dos demais profissionais da escola em relação à inclusão é utilizada por muitos profissionais do AEE como estratégia de articulação (CARNEIRO et al., 2011).

Outro profissional da EE é o auxiliar de ensino de Educação Especial, disponibilizado nas turmas frequentadas por crianças que apresentem dependência para locomoção, na



realização de sua higiene pessoal, na alimentação e na realização de atividades pedagógicas motoras ou situação de risco de vida e autismo (FLORIANÓPOLIS, 2010a)<sup>6</sup>

Salientamos que a pesquisa de Martins confirma o que é divulgado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008): que o papel do auxiliar de ensino de Educação Especial na RMF é predominantemente voltado à monitoria e ao cuidado do sujeito da EE. Isso acaba acarretando, na prática efetiva, uma espécie de multifuncionalidade nas atribuições do profissional de apoio. Tal fato demonstra a consonância com o documento da Política Nacional de EE (BRASIL, 2008a), que atribui a esse profissional as funções de monitor ou cuidador.

### **2.1.2 O planejamento das atividades para os sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil**

Conforme apresentado na seção anterior, o planejamento das atividades específicas voltadas para os sujeitos da EE na EI é de responsabilidade do professor de AEE. Isso pode ser verificado nas suas funções, que estão especificadas no Documento Orientador da Educação Especial na RMF, e no modelo de AEE que centraliza o processo no professor do AEE e na criança com deficiência.

Além da responsabilidade pelo planejamento do atendimento individual do AEE, o professor do AEE deve fazer a articulação com o professor da sala de aula para discutir o planejamento de sala de aula e orientar as intervenções que este pode fazer com todo o grupo.

### **2.1.3 As orientações e formações para os sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil**

As orientações e formações que chegam às UEs para a organização do trabalho pedagógico para os sujeitos da EE na EI na RMF são de responsabilidade de três gerências ou setores: Gerência de Formação Permanente, vinculada à Diretoria de Administração Escolar; Diretoria de Educação Infantil e Gerência de Educação Inclusiva, esta vinculada à Diretoria de Educação Continuada.

---

<sup>6</sup> Martins (2011, p. 2) aponta que esse profissional atua no município com esta nomenclatura desde 2006, já que anteriormente [...] era contratado como auxiliar de ensino. Embora a nomenclatura tenha sido modificada não houve alteração na formação exigida, haja vista que dados obtidos pelo último edital (FLORIANÓPOLIS. Edital nº 008/2010) para concurso público informam que a escolaridade exigida é “Diploma ou certificado de conclusão do curso de Licenciatura Plena na área da Educação”, o que demonstra a não exigência de formação específica para atuar no cargo.

O processo de formação é organizado pela Gerência de Formação Permanente<sup>7</sup>, que é responsável pela formação para toda a rede de ensino. No depoimento das duas gerentes entrevistadas foi observada menção a esse setor, que “deve buscar o eixo norteador da Secretaria de Educação. Porque essa gerência veio com o intuito de trazer um eixo norteador para a Secretaria Municipal de Educação. Para que a gente discuta a formação da educação de zero a 17 anos” (Entrevista gerente de educação inclusiva, 2010b). Há também uma formação organizada pela Gerência de Educação Inclusiva e outra, pela Diretoria de Educação Infantil, sendo cada uma responsável pelos profissionais que estão vinculados às suas gerências. Além disso, as unidades realizam formações nas suas reuniões pedagógicas.

A Gerência de Articulação Pedagógica, com relação às orientações e formações que chegam às UEs, tem as seguintes funções: 1) assessorar o desenvolvimento dos PPPs, do planejamento estratégico e situacional e dos projetos de gestão e regimento interno das UEs; 2) assessorar o desenvolvimento das reuniões pedagógicas das UEs; 3) incentivar a organização e subsidiar os grupos de estudos das UEs; 4) analisar e emitir parecer sobre projetos de pesquisa, estágio e formação realizados nas UEs; 5) planejar, assessorar e avaliar a formação continuada dos profissionais da RME Infantil.<sup>8</sup> Portanto, essa gerência é responsável pelas diretrizes da formação dos profissionais da Educação Infantil, que estão fundamentadas no texto das Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (FLORIANÓPOLIS, 2010b).

A Gerência de Educação Inclusiva é responsável pela formação dos profissionais que estão vinculados ao seu setor, que são os professores do AEE, os auxiliares dos alunos com deficiência, os intérpretes de Libras e os professores de Libras. Esse setor indica conteúdos da EE que considera apropriados para os profissionais da EE e para outros profissionais da rede e encaminha as propostas para a Gerência de Formação Permanente.

Essas formações são ministradas por profissionais da rede ou consultores. Todas, de alguma forma, estão atreladas à Gerência de Formação Permanente, que é a responsável pela validação e certificação.

Considerando que as formações que chegam às unidades são oriundas de três gerências, julgamos importante entender quais os pressupostos teórico-metodológicos que as

---

<sup>7</sup> A Gerência de Formação Permanente, em funcionamento desde 2009, está vinculada à Diretoria de Administração Escolar da SME e tem como missão “promover a valorização e (re)orientação da ação educativa, articulando cursos, estágios, pesquisa e extensão para formação permanente dos profissionais da Rede Municipal de Ensino” (FLORIANÓPOLIS, 2011).

<sup>8</sup> Dados divulgados pela Secretaria de Educação (FLORIANÓPOLIS, 2011).

fundamentam. O que podemos perceber, pelas respostas das gerentes, é que esses referenciais não são articulados entre as duas áreas, pois na EI a formação é pautada nas Diretrizes da Educação Infantil e a formação da EE é pensada na perspectiva das áreas de deficiência. Embora essa necessidade de articulação tenha sido apontada pela gerente de articulação pedagógica ao afirmar que “as diretrizes têm que ser pensadas também para as ‘crianças com deficiências’”, não percebemos conexão em termos de diretrizes pedagógicas entre as duas áreas.

As orientações em termos do trabalho a ser realizado com as crianças chegam por meio de dois setores nas unidades educativas. A Diretoria de EI tem os assessores pedagógicos que são responsáveis por orientar o trabalho com as “crianças sem deficiência” e os assessores vinculados à Gerência de Educação Inclusiva orientam o professor do AEE que trabalha com os sujeitos da EE.

#### **2.1.4 Distribuição da responsabilidade pela educação dos sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil**

Com relação à distribuição de responsabilidades foi possível verificar que há diferença na noção de articulação expressa pelas duas gestoras. Para a gerente de educação inclusiva, “as responsabilidades são compartilhadas [...] nós da gerência entendemos, é que cada uma das diretorias tem a responsabilidade pelo seu público, por todas as suas crianças.” Já a gerente de articulação pedagógica afirma que “os encaminhamentos partem em conjunto articulados com a Gerência de Educação Especial”. As duas afirmam ter responsabilidades, mas cada uma pelo seu público. Apesar de as crianças/sujeitos da EE frequentarem a EI, configuram-se como público da Inclusiva, o que é um indício de que as responsabilidades não são de fato compartilhadas.

Contudo, no que se refere à gestão, encontramos registros que permitem afirmar que há um compartilhamento entre as gerências, o que não acontece em relação aos encaminhamentos pedagógicos. As responsabilidades compartilhadas são de ordem burocrática. Não percebemos um projeto educacional comum que leve em conta a especificidade da EI e da EE, fazendo a interseção entre os dois campos. Sobre esse aspecto, entendemos que não há um trabalho dicotomizado, mas um trabalho sem uma articulação efetiva em termos de projeto pedagógico e, além disso, em termos de diretrizes das duas áreas, um ecletismo teórico.

Pela análise dos depoimentos obtidos por meio das entrevistas, a responsabilidade pela educação dos sujeitos da Educação Especial na EI recai principalmente na Gerência de Educação Inclusiva e na figura do professor do AEE.

Em síntese, a organização da RMF para atender os sujeitos da Educação Especial na Educação Infantil é coordenada por duas gerências: a de Educação Infantil e a de Educação Inclusiva. A articulação dos profissionais que estão vinculados a essas duas gerências ocorre de forma não sistemática e de acordo com a necessidade, para resolver problemas focais. A focalização, como vimos na introdução deste trabalho, foi defendida nos anos 1990 como forma de gestão de verba pública mais eficiente (LEHER, 2009).

A organização do trabalho com sujeitos da EE na EI na RMF segue os moldes da educação básica e está em consonância com as políticas do MEC para a área. Em termos de acesso aos espaços e serviços ofertados aos sujeitos da EE na EI, pudemos verificar: o espaço comum ofertado às crianças que têm acesso ao ensino regular na RMF, nas unidades educativas, com a estrutura de acordo com as legislações para o funcionamento de uma instituição de Educação Infantil; os espaços, materiais e serviços disponibilizados pelas SM nos mesmos moldes do ensino fundamental, onde o eixo do trabalho com os sujeitos da EE é o AAE e a centralidade do processo está no professor do AEE e na criança considerada individualmente com sua deficiência. Podemos então considerar que é o diagnóstico clínico que dá o fundamento, o subsídio para o professor do AEE e para as atividades específicas para as crianças/sujeitos da EE na EI.

A análise empreendida permitiu compreender os princípios presentes nos documentos investigados no que diz respeito às políticas de EI para os sujeitos da EE, quais sejam: aqueles que sustentam a chamada “escola inclusiva”, capaz de educar a todas as crianças sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às características e necessidades de cada aluno sem modificar as condições objetivas dos processos e condições de escolarização.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos documentos mencionados, analisamos o que está proposto em termos de políticas para a organização da Educação Infantil para o trabalho com os sujeitos da EE na RMF. Em nossa análise a proposta de atendimento para a EI dos sujeitos da EE na RMF está pautada nas políticas nacionais, tanto a da Educação Especial como a da Educação Infantil, sendo realizadas fundamentalmente nas salas multimeios — como são denominadas nessa rede, ou

salas multifuncionais, como denomina o MEC — e tendo como princípio “transformar seu sistema educacional em um sistema educacional inclusivo” (MACHADO, 2004, p. 13). A organização da EE para as crianças da EI na RMF, qual seja, o atendimento educacional especializado na sala multimeios, segue os mesmos moldes do ensino fundamental — não foram encontrados elementos específicos relacionados à Educação Infantil — e não leva em conta a especificidade da faixa etária em termos de desenvolvimento e aprendizagem no que se refere à lógica do atendimento.

O que notamos nesse modelo de atendimento é que a centralidade do processo está no professor do AEE, na criança considerada individualmente e na sua deficiência. “A responsabilidade de toda a relação direta com o aluno com deficiência é do professor do AEE, que apresenta um plano, uma agenda de trabalho à gerência de EE, que supervisiona esse profissional” (Entrevista gerente de educação inclusiva, 2010b). O diagnóstico clínico é o elemento principal que fundamenta o trabalho e subsidia o professor do AEE nas atividades específicas para os sujeitos da EE.

Na Rede Municipal de Florianópolis o atendimento aos sujeitos da Educação Especial na EI está organizado em consonância com o modelo em âmbito nacional no que diz respeito às políticas de EI e de EE

Foi possível verificar que a organização da EE para as crianças da EI na RMF está estruturada, predominantemente, para o atendimento educacional especializado nas salas multimeios e segue os mesmos moldes do ensino fundamental. Há poucos elementos relacionados à Educação Infantil que considerem a especificidade da faixa etária em termos de desenvolvimento e aprendizagem no que se refere à lógica do atendimento.

Não encontramos elementos que permitam afirmar a existência de um novo paradigma e de uma nova concepção sobre a deficiência que repercutam em uma nova organização da escola. A essência do trabalho permanece sustentada e construída a partir dos pressupostos clínicos. Há que se considerar que a medicina se apropriou do objeto da aprendizagem, construiu artificialmente as doenças do “não-aprender-na-escola” e, por desdobramento, gerou uma demanda de atendimento de serviços de saúde especializados, porém, agora organizados dentro das redes regulares de ensino. Concordamos com Moysés, (2009, p. 21) quando ela afirma que

essa nova concepção sobre a criança é construída pelo mesmo olhar clínico que criou *a criança anormal*; aconteceu apenas um giro desse olhar, significativo sem dúvida, porém apenas um giro... Não se trata de uma nova

forma de olhar a criança, que continua abstraída e silente, com individualidades em perturbações ou acidentes. A essência da doença continua centrada em uma abstração (grifos da autora).

Constata-se que o novo paradigma anunciado na EE na perspectiva inclusiva está alicerçado na concepção médico-pedagógica. As definições da área médica e de saúde são utilizadas para tratar da deficiência e, portanto, também as estratégias de intervenção. O diagnóstico no campo educacional, especificamente na EE, “se resume a três funções: determinar e justificar o serviço especial; classificar a criança; e oferecer subsídios necessários ao desenvolvimento do processo de aprendizagem” (CAMBAÚVA, 1988, p. 119).

Observamos, na proposta da RMF, que não há uma mediação para que ocorra uma transformação efetiva no chão da escola, uma vez que a base da proposta de atendimento aos sujeitos da EE na EI é o atendimento educacional especializado, demonstrando uma perspectiva fragmentada e uma desarticulação da EE com o ensino regular. Quando se refere a mudanças na escola, o discurso da EE na perspectiva inclusiva direciona-se para o atendimento da diversidade, acolhimento às diferenças e mudança de mentalidade.

#### 4. REFERÊNCIAS

BOCK, Geisa Letícia Kempfer; RIOS, Grasiela Maria Silva. O atendimento educacional especializado para a deficiência física. In: *Inclusão: Revista Educação Especial*, Brasília, DF, v. 5, n.1, p. 26-31, jan-jul 2010. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/](http://www.portal.mec.gov.br/)

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. SEESP. *Edital n.1 de 26 de abril de 2007*. Que torna público e convoca as Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e Distrito Federal a apoiar os sistemas de ensino a organização e oferta de atendimento educacional especializado. Brasília, 2007. Disponível em [portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007\\_salas.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf) . Acesso em 25 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

CAMBAÚVA, Lenita Gama. *Análise das bases teórico-metodológicas da educação especial*. 1988. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

CARNEIRO, Maria S.; GARCIA, Rosalba; MICHELS, Maria H. *Implicações da diversificação na dinâmica das salas multimeios na rede municipal de Florianópolis: o caráter conservador da perspectiva inclusiva na educação especial*. In: VI Seminário Nacional

de Pesquisa em Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. 6., 2011, Nova Almeida. *Anais eletrônicos...*, 2011. 01 CD-ROM.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. *Portaria n. 033/2003*. Cria e normatiza o Serviço de Atendimento Educacional Especializado no município de Florianópolis. In: MACHADO, Rosângela. Programa escola aberta às diferenças: consolidando o movimento de reorganização didática. Florianópolis: Prelo, 2004.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. *Portaria n. 07 de 02 de fevereiro de 2009*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das unidades educativas do Ensino Fundamental e da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Florianópolis, 2009a. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. *Resolução do CME n.1 de 29 de abril de 2009*. Fixa as normas para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis. In: FLORIANÓPOLIS. Educação Infantil, Legislação Infantil. Florianópolis, 2009b. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao+infantil&menu=10>>. Acesso em: 13 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. *Plano Municipal de Educação de Florianópolis 2009*. In: FLORIANÓPOLIS. Informativo da Educação. Florianópolis, 2009c. Disponível em <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/?cms=informativo+da+educacao>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. *Documento Orientador da Educação Especial na Rede Municipal de Florianópolis*. In: FLORIANÓPOLIS. Educação Continuada, Gerência de Educação Inclusiva. Florianópolis, 2010a. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=gerencia+de+educacao+inclusiva&menu=8>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil*. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010b. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=legislacao+infantil&menu=10>>. Acesso em: 07 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. *Banner da Educação Especial*. In: Gerência de Educação Continuada, Gerência de Educação Inclusiva. Florianópolis, 2010c. Disponível em <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=gerencia+de+educacao+inclusiva&menu=8>>. Acesso em 07 de outubro de 2010.

LEHER, Roberto. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandeí Pinto da; MILLER, Stela (orgs.). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara, SP: Junqueira & Marín, 2009.

MACHADO, Rosângela. *Programa escola aberta às diferenças: consolidando o movimento de reorganização didática*. Florianópolis: Prelo, 2004.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A medicalização na educação infantil e no ensino fundamental e as políticas de formação docente: a medicalização do não-aprender-na-escola e a invenção da infância anormal. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30. , 2009, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Caxambu: ANPED, 2009. Disponível em: <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: 28 out. 2009.

SAVIANI, Dermeval. Quarto período: as idéias pedagógicas no Brasil entre 1969 e 2001: configuração da concepção pedagógica produtivista. In: SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 347-440.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para a análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, SC, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.perspetiva.ufsc.br/perspectiva\\_2005\\_02/11\\_artigo\\_eneida\\_roselane\\_rosalba.pdf](http://www.perspetiva.ufsc.br/perspectiva_2005_02/11_artigo_eneida_roselane_rosalba.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2010.